

Juventudes, sexualidade e saúde: reflexões teóricas e metodológicas a partir de uma pesquisa multissituada sobre trajetórias afetivo-sexuais juvenis

Youth, sexuality, and health: theoretical and methodological reflections based on a multisituated research on youth's affective-sexual trajectories

Cristiane da Silva Cabral^a

 <https://orcid.org/0000-0003-3025-2404>

E-mail: cabralcs@usp.br

^a Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública. Departamento de Saúde e Sociedade. São Paulo, SP, Brasil.

Resumo

O artigo apresenta perspectivas teóricas e pressupostos metodológicos que subsidiaram a pesquisa “Jovens da era digital”, um estudo socioantropológico realizado entre 2021 e 2022 com jovens de 16 a 24 anos sobre sexualidade juvenil, em seis diferentes cidades do país. Às noções de juventude e transição para a vida adulta é acrescida a concepção de aprendizado da sexualidade e do gênero, aspectos basilares para a investigação desenvolvida. O detalhamento metodológico da investigação é acompanhado de uma reflexão acerca das barreiras enfrentadas na realização do estudo, das estratégias que foram sendo adotadas ao longo do trabalho de campo e das atuais condições de realizar investigação científica com jovens de distintos contextos sociais. O artigo finaliza com uma digressão a respeito das recentes disputas morais em torno da sexualidade juvenil, que reverberam sobremaneira nas políticas públicas elaboradas para adolescentes e jovens.

Palavras-chave: Juventude; Gênero; Sexualidade; Política Pública; Metodologia.

Correspondência

Av. Dr. Arnaldo, 715. São Paulo, SP, Brasil. CEP 01246-904

Abstract

This study describes the theoretical perspectives and methodological assumptions that underpin the research “Jovens da era digital” [Youth in the digital age], a socio-anthropological study regarding youth sexuality carried out with young people aged 16 to 24 years between 2021 and 2022 in six Brazilian cities. This study examines the concepts of sexuality and gender socialization in conjunction with notions of youth and adulthood transitions, which comprise fundamental aspects of the research. The methodological features of the research seek to reflect on the barriers faced in carrying out such a study, the fieldwork strategies adopted, and the current conditions for scientific research with young people hailing from an array of social contexts. The study conclusion expounds upon recent moral disputes surrounding youth sexuality, which greatly impact public policies concerning adolescents and young people.

Keywords: Youth; Gender; Sexuality; Public Policy; Methodology.

Este artigo tem como objetivo apresentar ao leitor algumas premissas teóricas e pressupostos metodológicos que subsidiaram a pesquisa sobre sexualidade juvenil, identificada neste trabalho por “Jovens da era digital”, cujos resultados iniciais compõem este dossiê.¹ Utilizo o espaço deste artigo também para compartilhar reflexões acerca das barreiras enfrentadas na realização do estudo, as estratégias que foram sendo adotadas ao longo do trabalho de campo e as inquietações/reflexões suscitadas sobre as atuais condições de realizar investigação científica com jovens de distintos contextos sociais (em amplo sentido do termo). Estão aí inseridos os desafios atinentes ao contexto ético-político-normativo atual e que incidem sobre as condições de (im)possibilidade de realização de pesquisas sobre sexualidade juvenil. Importante refletir sobre as especificidades que representam o fazer pesquisas com jovens/sobre juventude numa época marcada tanto pelo contexto de uma emergência sanitária - como a pandemia de covid-19 -, de retrocessos políticos no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, dos direitos da juventude, bem como pela presença maciça das redes sociais e da internet na socialização da geração atual.²

Espero trazer ao leitor um conjunto de elementos éticos, teóricos e metodológicos que suscitem *insights*, debates e reflexões sobre pesquisas realizadas com/sobre jovens, ou, ainda, sobre estudos que lidam com temas considerados da esfera “privada”, mas que estão sob regulação do Estado e de diversas instâncias socializadoras. Ao compartilhar dilemas, dificuldades, adaptações e improvisos, este artigo cumpre a função de explicitar os caminhos da pesquisa desenvolvida e transformar tais observações em material que vai além de notas metodológicas. Faz-se mister realçar o compromisso com a produção da objetividade

1 A pesquisa “Jovens da era digital: sexualidade, reprodução, redes sociais e prevenção às IST/HIV/Aids” foi coordenada por Cristiane da Silva Cabral (coordenadora geral - São Paulo/USP), Ana Paula dos Reis (Salvador/UFBA); Daniela Riva Knauth (Porto Alegre/UFRGS), Elaine Reis Brandão (Rio de Janeiro/UFRJ), Flávia Bulegon Pilecco (Conceição do Mato Dentro/UFMG), José Miguel Nieto Olivar (São Gabriel da Cachoeira/USP). O estudo contou com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (Processo 442878/2019-2; Processo 431393/2018-4). Agradecimentos especiais às(aos) coordenadoras(es) e equipes de trabalho de campo de cada localidade, bem como às(aos) jovens que compartilharam parte de suas experiências de vida conosco.

2 Faço a opção de usar a grafia os.as em palavras que necessitam de flexão de gênero neste texto. Trata-se de um posicionamento político e epistemológico em que se busca através da linguagem textual o tensionamento / ruptura com a universalização dos sujeitos pela linguagem no masculino (Loison; Perrier; Noûs, 2020).

do conhecimento científico, mas também com a reflexividade e a compreensão da parcialidade, contingências e situacionalidade, inerentes à investigação científica.

Juventude e transição: revisitando conceitos mobilizados na pesquisa

A célebre frase “A juventude é apenas uma palavra” (Bourdieu, 1983) sintetiza brilhantemente várias discussões em torno desse período do curso de vida. Ela traz em seu bojo a complexidade conferida ao considerarmos os sujeitos, por exemplo, segundo as diferenciações sociais produzidas em função das idades e dos espaços - econômico, político, social, cultural, geracional e territorial, para mencionar apenas alguns marcadores sociais - que ocupam. Esse debate, clássico no campo dos estudos sobre juventude, sublinha tanto a heterogeneidade desse “grupo populacional” quanto a (des)sincronização de processos que o constituem (Galland, 1991; Kohli, 1989; 2007; Saraceno, 1989). Trata-se de uma postura teórico-política que complexifica a compreensão de adolescentes e jovens como grupo geracional, delimitado por fronteiras cronológicas de idade. Ela reconhece a dimensão biopsicossocial-pedagógica desse período do curso da vida e, sobretudo, sua construção cultural e simbólica, marcada por um conjunto de eventos sociais e que conforma períodos variáveis - às vezes mais longos, às vezes mais curtos - entre a infância e a vida adulta, vividos em realidades sociais bastante heterogêneas (Bordiec, 2018; Camarano, 2006; Pais, 1993).

Apesar de ter uma forte representação como algo natural ou universal, a idade cronológica é apenas mais uma forma social de organização da existência. A divisão do tempo em categorias como infância, juventude, vida adulta e velhice também são importantes organizadores sociais, evidenciando que “apenas por um efeito da ideologia concebemos [instituições estáveis da sociedade] antes como formas naturais de organização da vida coletiva do que como produtos mutáveis da atividade social” (Durham, 1983, p. 18). Por um lado, não há novidade na afirmação de que o conceito de infância foi inventado no século XVII (Ariès, 1981) e que o de adolescência e o de velhice datam do século XX

(Debert, 1997; Lenoir, 1996). Entretanto, nunca é demais lembrar que as demarcações em torno de tais categorias são móveis e igualmente arbitrárias, e os significados a elas atribuídos e as expectativas nelas depositadas variam culturalmente (Dupont, 2014).

A constituição da família nuclear moderna, a delimitação de fronteiras entre público e privado e a invenção da infância, apenas para citar alguns elementos histórico-conceituais (Ariès, 1981), são cruciais para a construção de uma etapa da vida que deveria receber intensos investimentos em termos de cuidados, um tempo dedicado ao desenvolvimento de habilidades sociais para constituição de futuros adultos. Assim, a noção de juventude é indissociável da concepção e das representações sobre infância. Em sua constituição está a necessidade de dar inteligibilidade a um período intermediário entre a infância e a vida adulta, buscando identificar suas características.

Há diversas modulações, embates científico-políticos e meandros em quase um século de discussões em torno da *juventude*. No bojo dessa concepção polissêmica, é pertinente relembrar a clássica definição de geração dada por Karl Mannheim, em seu trabalho *O problema das gerações* (1982): uma geração é composta por um conjunto de pessoas com idade cronológica próxima (ideia de grupo etário), o que as possibilita viver experiências de um mesmo tempo histórico. De forma complementar, compartilhar um determinado tempo histórico também compõe uma geração, a despeito da idade cronológica dos indivíduos. Nesse sentido, os membros de uma geração partilham determinadas experiências, seja do ponto de vista dos eventos históricos ou das representações sociais. Mannheim já chamava atenção para o fato de que uma geração não é composta por um bloco social homogêneo; ao contrário, ela é composta de diversas “unidades geracionais”, que se diferenciam por suas orientações políticas ou ideológicas, segundo o autor.

Essa concepção é particularmente relevante, sobretudo para os estudos sobre juventude, uma vez que permite aos pesquisadores dar relevo às diferentes experiências socializadoras que atravessam as trajetórias juvenis e lhes dão contornos próprios (Weller, 2010). Argumentar

sobre juventudes, no plural, significa articular analiticamente instâncias socializadoras, contextos e processos estruturais específicos, que vão forjando os percursos de vida juvenis. É possível admitir a existência de uma geração de jovens que, apesar de compartilhar um mesmo tempo histórico, têm diferentes e desiguais trajetórias de vida. Essa concepção oferece a possibilidade de considerar processos específicos segundo as diferentes regiões do espaço social, apesar da aparente unidade dada pelo tempo histórico. Assim, em que medida podemos argumentar em termos da ideia de uma “geração covid-19” ou de uma geração de “nativos.as digitais” para a atual juventude? Essas são questões candentes no tempo atual.

A premissa de que a juventude é uma forma de organização social das idades, com importante variação histórica-contextual, se alinha ao interesse em compreender os processos de passagem de uma idade à outra, bem como os comportamentos considerados pertinentes a cada etapa da vida e às expectativas sociais depositadas em cada uma delas (Mauger, 2013). Falar em termos de processo de transição da juventude para a vida adulta (que, por seu turno, também tem seus inúmeros matizes, atributos e transições) implica a busca por compreender as formas com que as/os jovens lidam com importantes instâncias socializadoras, como família, escola, grupo de pares, espaços religiosos, mídias digitais e parcerias afetivo-sexuais, e constroem identidades e caminhos de independência e autonomização. É também atinente a essa problemática a pergunta sobre como o atual contexto político-social e a forma como a sociedade está organizada implicam uma aceleração temporal à vida adulta (“transição condensada”, Heilborn; Cabral [2006]) ou, ao contrário, um alongamento quase interminável da juventude (Galland, 1991).

A pesquisa “Jovens da era digital” guarda estreita filiação teórica com tais perspectivas, e busca investigar os processos de socialização juvenis, especialmente no que concerne às experiências socializadoras ligadas ao gênero e à sexualidade em sua interface, com dimensões relacionadas à saúde sexual e reprodutiva. Ela traz em seu bojo a premissa da preeminência da socialização, da aprendizagem de regras, de normas, de roteiros

(*scripts* sexuais e de gênero), de valores e de cenários culturais para o exercício da experiência sexual e do gênero.

Inúmeros eventos sociais têm seu início nesse período da vida, como os primeiros relacionamentos amorosos, o aumento da curiosidade e do conhecimento sobre o próprio corpo, e a intensificação do aprendizado de normas, representações, atitudes, crenças e valores sobre gênero e sexualidade, em um acirrado processo de construção da identidade (Bozon, 2004; McCarthy et al., 2016; Sawyer et al., 2012). Essas primeiras experiências podem ser compreendidas, simultaneamente, como expressões de comportamentos que estão em fase de aprendizado, mas também de consolidação (Igras et al., 2014) do processo de passagem à vida adulta.

A vivência da sexualidade, a experiência da reprodução e a própria experiência da juventude são fenômenos bem diferentes dependendo de gênero, posição geracional, inserção de classe, cor/etnia/raça, ou qualquer outro marcador social que seja utilizado para compreender as sinuosidades desses fenômenos e de seus correlatos, tal como o aprendizado dos comportamentos preventivos em relação às infecções sexualmente transmissíveis (IST), em que estão inclusos o vírus da imunodeficiência humana (HIV) e a aids, ou das práticas contraceptivas (socialização contraceptiva) entre adolescentes e jovens. Compreender a heterogeneidade de situações e condições de socialização juvenil se faz mister, sobretudo em contexto recente de acirrada disputa política sobre pautas relativas às moralidades sexuais e de gênero (Cabral; Brandão, 2020; Paiva; Silva, 2015).

Aspectos metodológicos para a produção de dados da pesquisa “Jovens da era digital”

Com o fito de compreender o que é ser jovem na contemporaneidade, o subseqüente processo de socialização para gênero e sexualidade, a ocorrência de determinados eventos sexuais e reprodutivos (como iniciação sexual, gravidez, infecção por IST), as percepções sobre sexualidade e as possíveis estratégias/comportamentos de prevenção

à saúde acionados, foi mobilizado um conjunto de pesquisadores.as que se dispuseram a realizar um estudo de caráter socioantropológico junto a jovens com distintas inscrições sociais. Trata-se das pesquisas “Juventude, sexualidade e reprodução: um estudo sobre mudanças e permanências nas trajetórias sexuais e reprodutivas de jovens brasileiros no cenário de relações sociais mediadas pelas redes sociais” e “Sociabilidade juvenil, práticas sexuais e proteção à saúde: desafios para a prevenção do HIV/Aids em jovens da era digital”, ambas com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Adotamos o nome curto “Jovens da era digital” para identificar ambas as investigações, tendo em vista o caráter complementar delas. Esses estudos fazem uma rica imersão em questões atinentes à sexualidade, aos direitos reprodutivos e à sociabilidade juvenil, tendo por substrato a produção de amplo material empírico a partir de entrevistas individuais em profundidade com jovens entre 16 e 24 anos.

Procuramos ressaltar que a juventude, a despeito de sua duração ou posição enquanto etapa de transição ou preparatória para a vida adulta, é também um período com forte incremento no que concerne aos processos de aprendizagem de normas, comportamentos e valores sobre gênero e sexualidade, os quais são moldados por contextos sociais, históricos, culturais e estruturais específicos. Trata-se de reconhecer, portanto, processos e características próprias da vivência da juventude, estreitamente ancoradas em questões relativas ao aprendizado do gênero e da sexualidade, e marcados por condições de classe, religião, raça, etnia, região de moradia, determinado tempo social etc.

A abordagem biográfica é a perspectiva teórico-metodológica subjacente às pesquisas, pois ela permite analisar os contextos, os elementos e as repercussões de determinados eventos para as biografias dos.as envolvidos.as. A adoção de certo distanciamento temporal dos eventos de interesse permite uma reflexão sobre os desdobramentos decorrentes e as experiências vividas. As dimensões *momento*, *duração* e *ordem* dos eventos são fundamentais na construção dos instrumentos de pesquisa segundo a perspectiva biográfica. Isso implica a necessidade de situar

determinado evento de interesse na biografia das pessoas a partir desses três elementos, sem perder de vista que os contextos sociais definem o campo de possibilidades e o universo de significações diferentes de determinado evento e/ou das trajetórias. Assim, essa perspectiva possibilita contrapor diferentes eventos demográficos e sociais, estratégia que, se aplicada a diferentes gerações, por exemplo, permite mostrar as permanências e/ou as mudanças em termos de valores/costumes que ocorrem de uma geração a outra, tema clássico da área das Ciências Sociais.

Uma das intenções deste estudo é compreender as especificidades geracionais das sociabilidades e processos de socialização juvenis segundo contextos geográficos/regionais distintos (capital vs. interior), bem como a partir de inscrições de sexo/gênero, inserção social (camadas médias vs. camadas populares) e experiência reprodutiva. Utilizamos cotas para cada uma dessas dimensões, buscando compor um universo diversificado de jovens participantes da pesquisa. Não estabelecemos, a priori, uma cota específica para o critério de cor/raça, mas buscamos entrevistar ao menos um terço de jovens que se autodeclarassem negros.as. De forma semelhante, não havia uma cota para composição do grupo de entrevistados.as a partir de uma diversidade de identidade sexual e de gênero, mas estávamos certos.as de que a busca por informantes jovens dispostos.as a falar sobre suas trajetórias afetivo-sexuais nos levaria a encontrar um contingente de participantes bastante diversificado segundo tais marcadores sociais.

A pesquisa fez uma incursão pelo universo das questões relativas à socialização para sexualidade e gênero, às dimensões de vulnerabilidade para infecção de HIV/aids e outras IST, e ao uso e manejo de métodos de contracepção a partir do exame das trajetórias de jovens moradores das seguintes localidades: Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Salvador (BA), e ainda as cidades Conceição do Mato Dentro (interior de Minas Gerais, município com aproximadamente 23 mil habitantes), e São Gabriel da Cachoeira (cidade de pequeno porte, aproximadamente 51 mil habitantes, do estado do Amazonas). Estas duas últimas fazem o contraponto “cidade do interior” em relação às demais capitais.

Há diversas intencionalidades subjacentes à produção de dados empíricos a partir de amostra por conveniência. Uma delas é a urgência em buscar uma diversidade de biografias que deem subsídios para compreensão de modo aprofundado das atuais trajetórias juvenis e de suas formas de enfrentamento dos “perigos advindos” do sexo (percepção de risco quanto à possibilidade de infecção por HIV e outras IST e de gravidez imprevista). A inclusão do componente “cidade do interior/pequeno porte” nesta investigação procurou preencher uma lacuna na literatura no que tange às dimensões de sociabilidade, valores e experiências sexuais de jovens moradores de fora dos grandes centros urbanos. A hipótese é de que cidades pequenas imprimem maior controle social sobre os.as jovens, uma vez que há menor número de possibilidades de encontros amorosos e de espaços de sociabilidade, o que certamente produz impacto sobre as experiências da sexualidade. Além disso, a inclusão de uma área do Norte do país busca dar visibilidade à contextos e condições frequentemente ausentes em estudos sobre jovens e sexualidade. Trata-se, portanto, da composição de um conjunto social e culturalmente diversificado, em termos étnico e raciais, de gênero, classe social, com práticas sexuais diversas, residentes em diferentes regiões do país, que apresentam marcas distintas e acesso diferente às tecnologias digitais, serviços de saúde e educação.

As pesquisas de caráter multicêntrico comportam diversos desafios, tais como a garantia de elementos mínimos similares na produção dos dados empíricos. Esse desafio é ainda mais potencializado quando se trata de uma investigação qualitativa, com base em entrevistas individuais em profundidade. Uma entrevista é, por si só, uma relação social estabelecida em um encontro singular entre duas intersubjetividades (Bourdieu, 2008). É necessário garantir alguns elementos fundamentais para proporcionar uma boa interação e um contexto de segurança, empatia, privacidade e diminuição das assimetrias entre pesquisador.a e participante. Nesse sentido, os atributos dos.as entrevistadores.as têm papel preponderante em cada encontro.

O trabalho de campo foi realizado por jovens pesquisadores.as, discentes de pós-graduação, devidamente treinados nos procedimentos atinentes aos princípios teórico-metodológicos de um estudo

qualitativo, e pertencentes a uma faixa etária relativamente próxima à dos.as informantes. A equipe também contou com um conjunto diversificado de entrevistadores.as em relação a identidade sexual e de gênero, e a cor da pele/raça.

Adotamos um roteiro semiestruturado para realização das entrevistas, aspecto que também auxilia na busca da produção de núcleos temáticos comuns, a despeito de quem ou em que região esteja sendo conduzida a entrevista. O roteiro foi construído a partir da premissa da abordagem biográfica, tendo como fio condutor principal o desenrolar das trajetórias afetivo-sexuais, relacionando os principais eventos sexuais e reprodutivos (como gravidez e aborto) com as situações escolares, profissionais e residenciais dos.as jovens. Nos detivemos sobretudo no contexto da iniciação sexual; nas complexas interações e negociações em torno de episódios reprodutivos, que englobam a cogitação ou realização de um aborto; questões relativas às normas, valores e representações sobre a sexualidade; agenciamentos em torno da prevenção de IST, colocadas em referência a contextos de relacionamentos ou a relações sexuais precisas; caracterização e uso de mídias digitais para interações sociais.

As estratégias de divulgação da pesquisa e acesso aos.as participantes incluíram a mobilização da rede de relações pessoais e profissionais dos.as pesquisadores.as envolvidos.as, e circulação de textos informativos em grupos de WhatsApp, Facebook e Instagram. Foi criado um formulário eletrônico para a identificação de jovens interessados.as em conceder entrevistas. Essas estratégias permitiram aceder a jovens que já não estavam mais em contextos escolares. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas. Produzimos resumos biográficos e utilizamos o software Nvivo 13 (2020, R1) para organização e apoio no manejo do grande volume de material empírico obtido.

Entre o ideal e o possível: nas tramas da flexibilidade na pesquisa com/sobre jovens

Os imponderáveis da vida sempre atravessam qualquer empreendimento científico. Desta vez, eles se impuseram de maneira drástica em todas as

dimensões sociais, políticas, culturais e sanitárias. Impossível não mencionar o atravessamento da pandemia de covid-19 em toda a pesquisa. O trabalho de campo ocorreu entre outubro de 2021 e julho de 2022, período de amenização da pandemia de covid-19, com diminuição das mortes diárias pelo Sars-Cov-2 no país, vacinação de adolescentes e jovens e possibilidade de retorno às atividades presenciais nas universidades envolvidas no estudo. Mantivemos os cuidados necessários para proteção de pesquisadores.as e entrevistados.as, o que significa o uso de máscaras N95 durante as entrevistas - portanto, um objeto a mais que se interpôs na tênue e importante interação que precisava ser construída. Além disso, a possibilidade de observações etnográficas em contextos de sociabilidade juvenil ficou inviabilizada, levando-nos a restringir a estratégia metodológica da pesquisa à realização de entrevistas individuais de caráter pontual, e não inseridas em contextos de maior vinculação entre pesquisadores.as e jovens.

A pandemia de covid-19 também refletiu na (in) disponibilidade dos.as jovens para participarem das entrevistas, sobretudo num encontro presencial. Foram produzidas separações e períodos de maior ou menor distanciamento físico-social ao longo de quase dois anos de intensidade da emergência sanitária. A intensificação dos contatos por meio de redes sociais digitais e o incremento da comunicação por aparelhos de *smartphones* parecem ter produzido e/ou intensificado sobremaneira uma nova forma de sociabilidade juvenil, que contrastava fortemente com a proposta de encontro presencial, face a face, para uma conversa. Esse tipo de convite produzia um certo estranhamento em alguns jovens, que questionavam sobre a possibilidade de fazer a entrevista por áudio de WhatsApp ou de forma remota. Esse tipo de demanda foi mais frequente, sobretudo entre aqueles.as que tinham entre 16 e 18 anos e eram de camadas médias. Essa “preferência pela modalidade online” pode ser interpretada como um símbolo da importância da mediação da internet no cotidiano juvenil, intensificado demasiadamente

pela pandemia de covid-19. É seguramente uma nova forma de comunicação do momento histórico atual e com a qual pesquisadores.as, sobretudo afeitos.as às tradicionais formas de interação social em contextos de investigação, precisam encampar e refletir sobre as implicações que essa “novidade” traz para os cânones das pesquisas socioantropológicas.

Agrega-se a esse contexto uma certa “falta de tempo” dos.as jovens para as entrevistas. Aliás, esse foi o principal argumento utilizado para negarem a participação no estudo e/ou remarcarem inúmeras vezes os encontros com os.as pesquisadores.as. Na maioria dos casos foi considerável o intervalo de tempo decorrido entre o primeiro contato e a realização da entrevista. Diversas entrevistas presenciais só conseguiram ser realizadas mediante a insistência de nossos.as entrevistadores.as, depois de algumas rodadas de negociação.

A busca por encontrar jovens dispostos a falar de suas trajetórias afetivo-sexuais foi bastante intensa e difícil em todas as cidades, especialmente em relação aos homens. As cotas de entrevistadas mulheres foram as primeiras a serem preenchidas, sobretudo as de camadas populares; inversamente, rapazes de camadas médias e com alguma experiência reprodutiva foram os mais difíceis de serem encontrados.

O uso espraído da contracepção de emergência entre os.as entrevistados.as pode estar contribuindo para menor ocorrência de gestações entre jovens, o que significa repensar objetivos e estratégias metodológicas em estudos futuros acerca do fenômeno da reprodução juvenil.³ Já a dificuldade de encontrar homens para ser entrevistado em estudos sobre questões relacionadas à afetividade e sexualidade não é uma novidade (Heilborn et al., 2012), e foi mais uma vez constatada pelos.as pesquisadores.as envolvidos.as.

Outro aspecto também comum nos seis centros do estudo diz respeito à tradicional técnica de “bola de neve”, cuja efetividade foi baixa. Apesar dos.as jovens sempre finalizarem as entrevistas de forma

³ Os perfis “com filhos” foram os mais difíceis de serem encontrados em todas as seis cidades. Isso reflete, sem dúvida, a mudança observada na década em relação à fecundidade de 15 a 19 anos (Coutinho, 2023). É notável que isso tenha se manifestado de forma muito mais contundente para os rapazes do que para as moças.

positiva, constatando a importância daquele momento e o quanto se sentiram à vontade para falar de aspectos íntimos com o.a entrevistador.a, raramente conseguimos um outro contato a partir de suas redes pessoais. Eles.as sempre diziam que precisavam primeiro consultar os.as amigos.as para compartilhar o contato; depois não mais nos retornavam ou diziam que os.as amigos.as não quiseram ou não puderam participar.

Algumas hipóteses precisam ser levantadas a esse respeito: primeiro, não há como ter controle sobre o tipo de intermediação (talvez) feita do.a jovem com sua própria rede de contato a partir da estratégia de “bola de neve”, tão usualmente utilizada em pesquisas desse tipo; segundo, podemos supor um certo desinteresse em dispendir um tempo a mais com um estudo com o qual ele.a não tem implicação/responsabilidade; terceiro, pode haver um misto de desinteresse e esquecimento, mas também pouca habilidade para convencer seus(suas) colegas a falar. Fato é que essas dificuldades forçaram as equipes de campo a estarem a todo tempo em busca de novos.as potenciais entrevistados.as, alongando o tempo inicialmente previsto para realização do estudo.

Podemos afirmar que, em cada capital, mais de uma centena de jovens foram contactados.as para que conseguíssemos compor as cotas iniciais estabelecidas no projeto. O trabalho de campo nas cidades do interior demandou logísticas muito particulares para que a pesquisa pudesse ser realizada. Em São Gabriel da Cachoeira (AM), houve imersão do coordenador na cidade durante um mês, com uma pesquisadora de campo/entrevistadora, que passou a morar na cidade em 2022. Se a imersão da entrevistadora garantiu a disponibilidade de tempo, outras inúmeras dificuldades permearam esse campo. A questão da timidez dos.as jovens, por exemplo, foi um grande desafio para a realização das entrevistas. Embora nascidos e habitantes da cidade, todos.as os.as jovens que participaram eram de alguma etnia indígena, assim como a maior parte da população do município. Outra dificuldade está relacionada com algumas perguntas do roteiro de entrevista. Diversos.as jovens recusaram os convites para participar da pesquisa, outros.as interromperam as entrevistas durante seu percurso. Alguns homens, com especial

ênfase, manifestaram desconforto ou negativa mais ostensiva a falar sobre determinados assuntos.

Tais dificuldades não podem ser totalmente ou exclusivamente debitadas ao contexto da entrevista. Falar sobre sexo e sexualidade, sobretudo com pessoas estranhas, parece não fazer parte da cultura local. Reconhecemos o atravessamento de questões nesse tipo de relação, em que duas pessoas estranhas, estrangeiras àquela localidade, solicitam uma entrevista com perguntas extremamente pessoais, que abordam temáticas geralmente não discutidas em nenhuma esfera da vida social desses.as jovens, como sexualidade e práticas sexuais. Observações etnográficas sugerem que conversas sobre desejos e práticas sexuais são possíveis apenas entre pares, em contextos íntimos, protegidos e cotidianos, particularmente entre moças (Morais, 2021).

Em Conceição do Mato Dentro (MG), as dificuldades foram de outra ordem. No momento da elaboração do projeto de pesquisa, a cidade era parte do Internato em Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Em função da pandemia da covid-19, Conceição do Mato Dentro saiu do grupo de municípios contemplados pela instituição, e toda a rede de contato e de logística de deslocamento, estadia e pernoites com aquele município foi perdida. A equipe teve que se organizar para conhecer a localidade mais detalhadamente, estabelecer novas redes de contatos, e se estruturar para viagens recorrentes à cidade, distante quase 170 km da capital do estado, Belo Horizonte. Ademais, o município tem amplo perímetro e são longas as distâncias entre a “sede” e os “distritos” da cidade, o que também necessitou de estratégias específicas de tempo, acesso e formas de deslocamento para ir ao encontro dos.as jovens.

Ali também aconteceram desmarcações e “ausências” nas entrevistas agendadas, o que representou algumas viagens frustradas e “improdutivas” de um certo ponto de vista. Cabe mencionar ainda as condições meteorológicas da região: como não dispúnhamos de local fechado ou coberto para a realização da entrevista - que se dava principalmente em praças públicas -, a ocorrência de chuvas inviabilizou alguns de nossos encontros com entrevistados.as. As moradias dos.as jovens não eram uma opção: pequenas e sempre com pessoas

ao redor, era praticamente impossível estabelecer um contexto de privacidade para que pudessem falar sobre suas experiências. O lugar público tornava-se, assim, o ambiente de maior privacidade possível naquele contexto.

A busca por gerir as assimetrias no encontro da entrevista, contando com jovens pesquisadores.as de campo, produz um salutar efeito secundário: ele diz respeito ao investimento na formação de recursos humanos especializados para a academia, educação superior, setor de serviços e setor público. As equipes de trabalho de campo, em cada estado da federação, contaram com o treinamento de entrevistadores.as e coordenadores.as de campo, em sua maioria estudantes graduados.as em Saúde Coletiva/Saúde Pública, Ciências Sociais, Psicologia, Serviço Social, e mestrandos.as e doutorandos.as em Saúde Coletiva/Saúde Pública etc., introduzindo-os.as ao universo da pesquisa socioantropológica em saúde, às técnicas de produção de dados, ao ofício da entrevista em profundidade, aos desafios e imponderáveis de um trabalho de campo e, sobretudo, à socialização desses.as jovens com a temática da sexualidade e da reprodução na juventude.

Por último, cabe tecer algumas observações sobre a possibilidade de realização de estudos com jovens com menos de 18 anos sem a mediação do consentimento parental. Este é um enfrentamento ético-científico-político que vem sendo travado por pesquisadores.as de diversas áreas disciplinares. Considerados.as sob tutela parental, foi necessário

recorrer à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) para que os.as jovens de 16 e 17 anos pudessem apenas assinar o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (Tale) sem intermediação de um.a responsável. As idades concebidas a partir de sua dimensão cronológica são uma forma de organização social, mas esbarram em outras lógicas também organizadoras e classificatórias. O estudo trata de questões de ordem íntima e privada que dizem respeito às percepções e experiências dos.as jovens sobre sexualidade, IST, gravidez, aborto, acesso a insumos de prevenção e uso de serviços de saúde. A solicitação prévia de autorização dos.as responsáveis poderia colocar em risco a liberdade e privacidade dos.as jovens em revelarem suas vivências no decorrer da entrevista, além de introduzir um viés indesejado, na medida em que apenas aqueles.as que conseguem estabelecer diálogo sobre questões da sexualidade com os.as responsáveis participariam do estudo.

Todo esse investimento resultou na produção de 194 entrevistas em profundidade, compondo um conjunto social e culturalmente diversificado de jovens em termos de identidade sexual e de gênero, raça, etnia, inserção de classe social, idade, entre outros. Diversos objetos podem ser tomados para análise, tendo em vista esse vasto e riquíssimo material empírico. Segue um breve perfil dos.as participantes (Quadro 1, Tabelas 1 e 2). Os detalhamentos das biografias serão feitos em artigos específicos, presentes tanto neste dossiê quanto em publicações futuras.

Quadro 1 – Entrevistas realizadas segundo cidades participantes e distribuição por cotas de sexo/gênero (pesquisa “Jovens da era digital”, 2022)

Cidade	Nº entrevistas	Sexo / gênero		
		Mulheres	Homens	Não binária e gênero fluido
São Paulo	43	21 cis	19 cis, 1 trans	1 não binária, 1 gênero fluido
Rio de Janeiro	40	20 cis, 1 trans	19 cis	-
Porto Alegre	37	20 cis, 1 trans	15 cis	1 não binária
Salvador	41	20 cis, 1 trans	20 cis	-
Conceição do Mato Dentro	17	9 cis	8 cis	-
São Gabriel da Cachoeira	16	10 cis	6 cis	-
Total	194	100 cis, 3 trans	87 cis, 1 trans	2 não binárias, 1 gênero fluido

Tabela 1 – Dados sociodemográficos gerais (pesquisa “Jovens da era digital”, 2022)

Dados sociodemográficos	n
Faixa etária	
16 a 17	42
18 a 19	51
20 a 21	45
22 a 24	56
Autoclassificação social	
Baixa	125
Média/baixa	10
Média	54
Média/alta	5
Raça/cor	
Preta e parda	120
Branca	55
Amarela	1
Indígena	18
Escolaridade atingida	
Fundamental incompleto	2
Fundamental completo	3
Médio incompleto	77
Médio completo	49
Superior incompleto	53
Superior completo	10
Trabalho atual	
Sim	123
Não	71
Religião atual	
Sem religião/Agnóstico/Ateu	96
Católica	23
Evangélica	30
Umbanda/Candomblé	22
Cristã	6
Espírita	8
Judaica	1

Tabela 2 – Dados sociodemográficos: sexualidade, situação conjugal e reprodução (pesquisa “Jovens da era digital”, 2022)

Dados sociodemográficos	n
Orientação sexual	
Heterossexual	136
LGBTQIA+	58
Situação conjugal	
Solteira(o)	142
Unida(o)	28
Casada(o)	23
Separada(o)	1
Gravidez	
Gestações	98
Abortos provocados	5
Abortos espontâneos	6
Número de filhos	
Nenhum	116
Um	69
Dois	8
Três	1

Notas finais

Este artigo buscou situar as concepções teórico-metodológicas e as estratégias mobilizadas durante o estudo “Jovens da era digital”, desenvolvido entre 2021 e 2022 (período em que ainda ocorria a pandemia de covid-19) com jovens de 16 a 24 anos sobre sexualidade juvenil. Barreiras éticas, diversificação de formas de divulgação, acesso custoso e difícil a possíveis participantes, a tênue resposta com o uso da tradicional técnica de bola de neve, as temporalidades modificadas, tanto pela pandemia quanto pelo uso massivo de redes sociais, os desafios para gerir as distâncias e assimetrias entre pesquisadores.as e jovens entrevistados.as compõem um conjunto de questões metodológicas enfrentadas por esta investigação e que devem ser

consideradas em delineamentos de futuros estudos com/sobre jovens.

Mas ainda há um último elemento que deve ser trazido para esse campo de reflexão: ele diz respeito ao acirramento, em tempo recente, das disputas políticas (e morais) em torno da sexualidade juvenil. As disputas em torno da sexualidade e dos significados sexuais, como bem já nos ensinou Foucault (1977) e outros autores importantes para esse campo de estudos (Gagnon, 2006; Rubin, 1984; Vance, 1995), revelam formas de exercício e de distribuição de poder na sociedade. A sexualidade é um importante sistema classificatório e organizador dos contextos sociais, em que Igrejas, Estado, campos disciplinares diversos (direito, biomedicina etc.), escola/educação, família, apenas para mencionar alguns, disputam o significado sexual, bem como produzem e performam normas e regras que compõem o tecido social.

Tidos como uma espécie de barômetro das mudanças sociais, adolescentes e jovens são alvos de intervenção pública, justamente por estarem no cerne de disputas sociais e políticas em termos de possibilidade (ou não) de transmissão de estatutos e valores de uma geração para a outra. Sendo a adolescência e juventude importantes etapas de aquisição de habilidades sociais, atribuições, deveres, responsabilidades e de afirmação de identidades, elas conformam períodos ímpares de muitos aprendizados e internalização de normas relativas ao gênero e à sexualidade. No entanto, assistimos a um forte giro em direção a um recrudescimento de uma moral conservadora no contexto sociopolítico, tanto nacional quanto internacional, na última década (Paternotte; Kuhar, 2018), com importantes efeitos sobre as políticas de saúde e de educação para jovens.

Importante assinalar a constituição do primeiro Programa Nacional de Atenção Integral ao Adolescente (Prosad) e da Área Técnica de Saúde do Adolescente e do Jovem, no Ministério da Saúde, em finais dos anos 1980 e início de 1990 (Brasil, 1989). Esse período remete a uma conjuntura de legitimação das conquistas relativas à Constituição de 1988, mas também de um contexto mais amplo de forte crescimento dos jovens na população total, marcado pelo aumento da fecundidade entre adolescentes, e pela epidemia de HIV/AIDS no país. No conteúdo mobilizado no Prosad, a sexualidade aparece como dimensão

legítima a ser vivida pelo.a jovem, devendo ser-lhe asseguradas as condições de seu exercício (Brasil, 1989). Entre os objetivos específicos do programa, encontramos propostas de ações de promoção da saúde reprodutiva que englobam concepção, anticoncepção, prevenção de IST/aids e garantia de condições que assegurem gravidez de baixo risco para a adolescente gestante. Por um certo prisma, pode-se dizer que o documento não adota um tom conservador acerca da sexualidade juvenil, pois não menciona, por exemplo, a abstinência sexual como um tema a ser tratado ou incentivado como política pública de Estado.

Mas a contínua supressão de iniciativas outrora vigentes no campo da sexualidade atingiu sobremaneira os programas de prevenção de IST/HIV/aids e de educação em sexualidade nas escolas (Abia, 2019; Cabral; Heilborn, 2010; Carrara, 2015; Paiva; Silva, 2015). Em 2019, com a chegada ao Executivo do ex-presidente Jair Bolsonaro, assistimos estupefatos à criação de um Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), que intensificou ainda mais uma cruzada moral contra os direitos sexuais e reprodutivos (Brandão; Cabral, 2019; Diniz; Cabral, 2022).

Obviamente, a esfera da sexualidade juvenil não ficou de fora desse ataque (Cabral; Brandão, 2020). Ao contrário, um dos primeiros atos administrativos do então presidente foi a criação da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, por meio da Lei n. 13.798, de 3 de janeiro de 2019, que instaurou no calendário nacional sua *comemoração* anual na primeira semana de fevereiro (Brasil, 2019). Em 2020, o MMFDH anunciou a elaboração de uma Política Nacional de Prevenção ao Risco da Atividade Sexual Precoce, tendo como proposta a abstinência (ou adiamento) da vida sexual como cerne da política pública para enfrentamento da gravidez na adolescência. O slogan da campanha publicitária ministerial, “Adolescência primeiro, gravidez depois – tudo tem o seu tempo”, não deixava dúvidas sobre a postura política adotada, que opera uma imediata relação entre sexualidade e gravidez, conferindo um tom alarmista ao exercício da sexualidade juvenil (Cabral; Brandão, 2020). As medidas traziam clara menção à importância de promover a abstinência sexual entre adolescentes, e nenhuma ponderação a respeito de educação compreensiva para a sexualidade,

abordagem relacional de gênero, proteção da saúde (contracepção, IST), violência sexual ou de gênero, acesso desigual aos serviços de saúde ou tantas outras questões importantes, que são necessárias ao debate sobre sexualidade juvenil ou, antes, aos direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes e jovens.

O que está em jogo nas políticas públicas voltadas para adolescentes e jovens? O que se pretende induzir a partir da ação/intervenção pública? A título de ilustração, cito os debates atuais sobre a Reforma do Ensino Médio no Brasil, com mudanças significativas em termos de conteúdo obrigatório na grade curricular, a incorporação de “itinerários formativos” escolhidos pelos/as estudantes, e uma proposta de escolarização que estaria mais voltada para a inserção do/as jovens no mercado de trabalho que uma preparação para entrada no ensino superior.

Chama atenção a criação de um componente transversal, denominado “projeto de vida”, cujo objetivo seria auxiliar os/as jovens a entender suas próprias aspirações de vida. Essa proposição tem início no governo de Michel Temer (2016-2018), com forte incremento durante o período do governo Jair Bolsonaro (2019-2022). Com a mudança do governo federal, a campanha em curso é pela revogação do Novo Ensino Médio, tal como foi feito no início de 2023 com outras políticas e normativas implementadas entre 2016 e 2022. Até o momento de conclusão deste artigo, o debate sobre o Novo Ensino Médio permanece, sem a revogação demandada por diversos setores da sociedade, inclusive os/as jovens. Mais ainda, segue vigente a Lei n. 13.798, que acrescentou ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência.

Enfim, seguem em curso as disputas em torno das juventudes, em diversos âmbitos do imaginário social e das proposições políticas. Esperamos que a Política Nacional de Saúde Integral da População Jovem, em construção neste momento, esteja atenta às conquistas de outrora, reverta o processo de desmonte de iniciativas bem-sucedidas, contemple as atuais demandas de intervenção que vêm sendo assinaladas pelas vozes juvenis e de pesquisadores/as desse campo de estudos por meio dos resultados de suas investigações atuais.

Referências

- ABIA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA INTERDISCIPLINAR DE AIDS. *Entenda o desmonte da resposta à AIDS no Brasil*. Rio de Janeiro, 27 maio 2019. Disponível em: <https://abi aids.org.br/entenda-o-desmonte-da-resposta-a-aids-no-brasil/32860>. Acesso em: 11 abr. 2024.
- ARIÈS, P. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- BORDIEC, S. *La fabrique sociale des jeunes: Socialisations et institutions*. Louvain-la-Neuve: De Boeck Supérieur, 2018.
- BOURDIEU, P. A juventude é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.
- BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BOZON, M. *Sociologia da sexualidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BRANDÃO, E. R.; CABRAL, C. S. Sexual and reproductive rights under attack: the advance of political and moral conservatism in Brazil. *Sexual and Reproductive Health Matters*, v. 27, n. 2, p. 76-86, 2019. DOI: 10.1080/26410397.2019.1669338
- BRASIL. *Lei nº 13.798, de 3 de janeiro de 2019*. Acrescenta art. 8º-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para instituir a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/30772776/publicacao/30773060>>. Acesso em: 11 abr. 2024.
- BRASIL. *Lei nº 8.642, de 31 de março de 1993*. Dispõe sobre a instituição do Programa Nacional de Atenção Integral ao Adolescente - Prosad e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1989.
- CABRAL, C. S.; BRANDÃO, E. R. Gravidez na adolescência, iniciação sexual e gênero: perspectivas em disputa. *Cadernos de Saúde*

- Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 8, 2020.
DOI: 10.1590/0102-311X00029420
- CABRAL; C. S.; HEILBORN, M. L. Avaliação das políticas públicas sobre educação sexual e juventude: da Conferência do Cairo até os dias atuais. In: BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Rumos para Cairo+20: compromissos do governo brasileiro com a plataforma de Conferência Internacional sobre a População e Desenvolvimento*. Brasília, DF, 2010. p. 107-135.
- CAMARANO, A. A. (Org.). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: Ipea, 2006.
- CARRARA, S. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 323-345, 2015. DOI: 10.1590/0104-9313201521n2p323
- COUTINHO, R. Z. Fecundidade adolescente no Brasil em contexto de transição de fecundidade. In: SEMINÁRIO JUVENTUDE, SEXUALIDADE E SAÚDE: DESAFIOS CIENTÍFICO-POLÍTICOS NA ERA DIGITAL, 16-17 nov. 2023, São Paulo. São Paulo: FSP-USP, 2023.
- DEBERT, G. B. Envelhecimento e curso da vida. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 5, n. 1, 1997. DOI: 10.1590/025x
- DINIZ, C. S. G.; CABRAL, C. S. Reproductive health and rights, and public policies in Brazil: revisiting challenges during covid-19 pandemics. *Global Public Health*, London, v. 17, n. 11, p. 3175-3188, 2022. DOI: 10.1080/17441692.2021.1995463
- DUPONT, N. Jeunesse(s): tentatives de définitions. *Le Télémaque*, Normandy, v. 2, n. 46, p. 21-34, 2014. DOI: 10.3917/tele.046.0021
- DURHAM, E. Família e Reprodução Humana. In: FRANCHETTO, B. et al. *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. v. 3. p. 13-34.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: A vontade de saber*. v. 1. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- GAGNON, J. *A interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2006.
- GALLAND, O. *Sociologie de la jeunesse*. Paris: Armand Colin, 1991.
- HEILBORN, M. L. et al. Itinerários abortivos em contextos de clandestinidade na cidade do Rio de Janeiro - Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 7, p. 1699-1708, 2012. DOI: 10.1590/S1413-81232012000700008
- HEILBORN, M. L.; CABRAL, C. S. Parentalidade juvenil: transição condensada para a vida adulta. In: CAMARANO, A. A. (Org.). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: Ipea, 2006. p. 225-256.
- IGRAS, S. M. et al. Investing in very young adolescent's sexual and reproductive health. *Global Public Health*, v. 9, n. 5, p. 555-569, 2014. DOI: 10.1080/2F17441692.2014.908230
- KOHLI, M. Le cours de vie comme institution sociale. *Enquête*, [s. l.], n. 5, 1989. DOI: 10.4000/enquete.78
- KOHLI, M. The institutionalization of the life course: looking back to look ahead. *Research in Human Development*, London, v. 4, n. 3-4, p. 253-271, 2007. DOI: 10.1080/15427600701663122
- LENOIR, R. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, P. et al. *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 59-106.
- LOISON, M.; PERRIER, G.; NOÛS, C. Le langage inclusif est politique: une spécificité française? *Cahiers du Genre*, Paris, n. 69, p. 5-29, 2020.
- MANNHEIM, K. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, M. M. (Org.). *Karl Mannheim: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1982. p. 67-95.
- MAUGER, G. Juventude: idades da vida e gerações. *Dados*, v. 56, n. 1, 2013. DOI: 10.1590/S0011-52582013000100007
- MCCARTHY, K.; BRADY, M.; HALLMAN, K. *Investing when it counts: Reviewing the evidence and charting a course of research and action for very young adolescents*. New York: Population Council, 2016.
- MORAIS, D. M. *De documentos, cactos e vírus: violência sexual, mulheres indígenas e Estado em São Gabriel da Cachoeira*. 2021. 175 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.
- PAIS, J. M. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

PAIVA, V; SILVA, V. N. Facing negative reactions to sexuality education through a Multicultural Human Rights framework. *Reproductive Health Matters*, London, v. 23, n. 46, p. 96-106, 2015. DOI: 10.1016/j.rhm.2015.11.015

PATERNOTTE, D.; KUHAR, R. Disentangling and Locating the “Global Right”: Anti-Gender Campaigns in Europe. *Politics and Governance*, Lisbon, v. 6, n. 3, p. 6-19, 2018.

RUBIN, G. Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: VANCE, C. S. (Ed.). *Pleasure and danger: exploring female sexuality*. Abingdon: Routledge & Kegan Paul, 1984.

SARACENO, C. The time structure of biographies. *Enquête*, [s. l.], n. 5, 1989. DOI: 10.4000/enquete.80

SAWYER, S. M. et al. Adolescence: a foundation for future health. *The Lancet*, London, v. 379, n. 9826, p. 1630-1640, 2012. DOI: 10.1016/S0140-6736(12)60072-5

VANCE, C. S. A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 1995. DOI: 10.1590/S0103-73311995000100001

WELLER, W. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 25, n. 2, 2010. DOI: 10.1590/S0102-69922010000200004

Contribuições dos autores

Cabral é responsável pela concepção, redação e revisão do manuscrito.

Recebido: 26/03/2024

Aprovado: 10/04/2024